



Diáspora Quilombola em Territórios Rurais¹

Alfredo Sotero Alves RODRIGUES²

Maria Salett TAUK SANTOS³

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

O negro africano e os afro-brasileiros historicamente foram impelidos a realizarem deslocamentos forçados. Já em territórios onde vivem e trabalham são reféns de fatores contingenciais de acessibilidade, - internamente ou para outros territórios. Nesse sentido, este artigo relata o processo de deslocamentos dos afro-brasileiros no Nordeste do Brasil. Especificamente, o que queremos analisar são os fatores a que foram submetidos os quilombolas de Leitão/Umbuzeiro, Afogados da Ingazeira, e os desafios enfrentados ao longo de suas trajetórias de locomoção, para sobreviverem em territórios rurais do semi-árido do Alto Sertão de Pernambuco.

Palavras-chave: Diáspora; acessibilidade; territórios rurais; quilombolas; Sertão de Pernambuco.

Introdução

Este artigo relata o processo de deslocamentos dos afro-brasileiros no Nordeste do Brasil. Especificamente, o que queremos analisar são os fatores a que foram submetidos os quilombolas de Leitão/Umbuzeiro, Afogados da Ingazeira, e os desafios enfrentados ao longo de suas trajetórias de locomoção, para sobreviverem em territórios rurais do semi-árido do Alto Sertão de Pernambuco.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Este artigo é recorte da dissertação Ser (Tão) Negro! Reconversão Cultural e Desenvolvimento Local na Comunidade Negra Rural Quilombola de Leitão/Umbuzeiro, Afogados da Ingazeira – PE.

² Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professor da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: alfredosotero1@gmail.com.

³ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora associada II e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: mstauk@terra.com.br.



O negro africano historicamente foi impelido a realizar deslocamentos forçados. Tais fatos, acometidos de inimigos endógenos, dos quais negras e negros foram reféns de fatores contingenciais. O primeiro relacionado aos escassos alimentos, levava-os ao nomadismo compelido, cujas gerações andarilhas buscavam savanas ou adentravam nas selvas, “desordenadas e divididas, enfraquecidas e mais famintas ainda, e assim, tomando rumos diferentes e buscando diferentes horizontes, [...] espalhavam-se pelo continente” africano (FREITAS, 1988, p. 18).

O segundo fator estar relacionado à rivalidade de seus pares: expropriados, extirpados de sua Mãe África pelas classes internas dominantes – os próprios africanos. Ainda de acordo com o autor, nas guerras internas, “muitos tinham sido caçados e outros adquiridos em troca de duas cabras, de uma vara ou de quatro jardas de pano ordinário, ou ainda por uma simples garrafa de aguardente!” (FREITAS, 1988, p. 94).

Escravizados e transportados para o Brasil, resistem e lutam pelos seus direitos. Esses, apenas institucionalizados em 1888, com o fim da escravidão, oficialmente. Dados obtidos por meio de estudo exploratório evidenciaram que, a quase totalidade negra desprovida de todos os recursos econômicos, foram forçados a realizarem outras diásporas no século XX e início deste século. Os afrodescendentes de Leitão/Umbuzeiro, também foram reféns dessas contingências, tornando-se invisíveis socialmente em seu território à população de Afogados da Ingazeira.

Essa invisibilidade se dá por um lado, por serem negros, pobres e habitarem território com contingentes tradicionais de população branca com visíveis disposições discriminatórias. Por outro, viverem e trabalharem em terras de “Caatinga fechada”⁴. Além dessas desigualdades sociais, os cidadãos de Leitão/Umbuzeiro não tinham apoio do governo municipal concernente às vias de acesso, especialmente à sede municipal, para transportar, comercializar e consumir na cidade de Afogados da Ingazeira.

Foram décadas de subalternização para terem direitos de “ir e vir” através de estradas. Esse processo contingencial limitava o direito para outros fatores, a exemplo da locomoção dos seus enfermos e ou o sepultamento dos parentes; deslocarem-se para a sede municipal para participarem dos rituais dos casamentos no religioso e no civil; em levar seus filhos para a escola, motivo de não existir unidade escolar na Comunidade.

⁴ Conhecida por “mata branca”, de não mais de seis metros de altura, nos períodos de secas ou grandes estiagens, fica com seus galhos acinzentados. Além das dificuldades naturais em percorrer a Caatinga, o perigo de acidentes, até fatais, com seus arbustos, gravetos, troncos retorcidos, pontiagudos, roliços, espinhentos.



Metodologia

Com a pesquisa, buscamos *reconstruir* o deslocamento dos negros e negras leitãoenses e umbuzeirenses, bem como a urdidura dos seus (re)deslocamentos já em terras sertanejas, além da fruição do ir e vir. Assim, foram utilizadas técnicas combinadas de coletas de dados, procedidas a partir da análise de conteúdos de livros, jornais, redes sociais, pesquisa de campo e uso de método etnográfico, para descrever o cotidiano das atividades laboral-produtivas e socioculturais da população em estudo.

Nesse sentido, foi valorizada a pesquisa empírica, essa compreendida na contemporaneidade, como o estudo realizado diretamente com os atores envolvidos, pois concordamos que “empíria e teoria, devem estar coordenadas em um pensamento coerente: toda concepção da teoria é relativamente uma concepção da empíria e vice-versa (MARTINO, 2010, p. 143).

Para isso, foi elaborado um roteiro da pesquisa semi-estruturado, do qual, seus conteúdos versaram sobre o “ontem” e “hoje”, no sentido de resgatar e notificar narrativas estratégicas, seja nos âmbitos macro e ou micro territoriais do processo de deslocamento dos afrodescendentes de Leitão/Umbuzeiro.

Assim, trata-se de um estudo de caso que, segundo o pesquisador social Ropbert K. Yin, “é uma (averiguação) empírica, que investiga um fenômeno contemporâneo de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. (YIN, 2001, p. 32).

A pesquisa foi realizada com 11 pessoas, de um universo de 120 pessoas. Os critérios para seleção da amostra foram intencionais: ser quilombolas, homens e mulheres, adultos e jovens, terem nascidos ou morarem na Comunidade a partir de 1988.

Quilombolas Brasil adentro: fatores históricos e contemporâneos

Historicamente, os negros no Brasil foram acudados, discriminados, marginalizados. A estratégia sub-humana inicia-se com a diáspora forçada no continente africano, escravizados em vários países, comunidades, aldeias. Nos quase quatro séculos de escravidão, os negros, em busca do que as culturas hegemônicas determinaram que



não tinham – direitos –, rebelavam-se, fugiam, escondiam-se, resistiam, formaram *novas* sociedades: os quilombos.

Nos períodos colonial, imperial e da Primeira República, os quilombos estenderam-se em todo o território explorado no Brasil: no Norte, na densa floresta amazônica e, do Nordeste ao Rio Grande do Sul, na faixa litorânea e Zona da Mata. Em busca da liberdade e da sobrevivência, os quilombos foram erguidos nas melhores terras do período escravocrata. Isso se deve, por um lado, pelas terras férteis, em montanhas ou serras, com olhos d' água, riachos ou rios. Por outro, terras de difícil acesso fossem aos escravocratas, coiteiros, aos capitães do mato (MOURA, 1987, p. 40).

Os quilombos consistiam nos abrigos, nas moradias dos negros que fugiam, escapavam da escravidão. Construídos a léguas dos cativeiros - complexos de casas grandes e senzalas e moenda da cana-de-açúcar no Nordeste, e nas fazendas cafeeicultoras no Sul e Sudeste do Brasil.

Documentalmente, não se sabe quantos existiram no período escravocrata, pois, além da constante resistência a sua coisificação, os negros, mesmo tendo suas moradias destruídas, na maioria das vezes escapavam, e (re)construíam-nas no mesmo local ou em vários lugares.

A maior fortaleza dos quilombolas históricos foi à República dos Palmares. Com sua destruição em 1695 (MOURA, 1987) perpetuou-se o ostracismo. Acentuou-se a invisibilidade dos quilombolas, levando-os a mais uma diáspora: agora, Brasil adentro. Iniciou-se o processo de interiorização, seja para o Agreste, seja para o Sertão do Nordeste brasileiro, além de outros interiores das várias regiões do Brasil.

Os descendentes dos quilombolas históricos são denominados ora com qualificativos referentes à pessoa(s), ora ao lugar onde habitam: de descendentes “afro-brasileiros”, “afro-descendentes”, “novos quilombos”, “quilombos contemporâneos” ou remanescentes das comunidades de quilombolas ou quilombos. Na atualidade, o termo quilombola(s), é acentuado para categorizar sua ressignificação e ressystematização, sendo compreendidos aqueles que lutam pelo território em que trabalham e vivem.

A partir dessa perspectiva, “entra em cena a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações” (LEITE, 2000, p. 335). Na contemporaneidade quilombola

não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos



isolados ou de população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução dos seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O'DWYER, 1995 *apud* SILVA, 2000, p. 11).

Mesmo de comum acordo que a conceituação não constitui um “atestado”, cresceram as possibilidades de reparação histórica de reconhecimento e direitos dos quilombolas. Para isso, era necessário identificar os atores e formalizar seus direitos sociocultural, econômico, sendo necessárias não apenas a posse, mas a titulação de suas terras (LEITE, 2000; BARROS, 2007).

De acordo com dados do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, em 2006, “pode-se afirmar que cerca de ¼ do território nacional brasileiro é ocupado por povos e comunidades tradicionais”, com totais de 176 milhões por área habitada e 4,5 milhões de pessoas, sendo desse montante 2.000.00 de cidadãos quilombolas (BRASIL, 200-).

Segundo informações da Coordenação Nacional de Divulgação das Comunidades Quilombolas (Conaq), é estimado que exista, atualmente, cerca de 5.000 comunidades quilombolas no território brasileiro (SOCIOAMBIENTAL, 2009). “As terras quilombolas representam milhões de hectares no Brasil. Os números são inconsistentes, assim como os de comunidades quilombolas e de pessoas que nelas vivem [...] Cerca de 50% [...] delas estão no Nordeste” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2008).

De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares, já foram certificadas 1.711 comunidades quilombolas em todo país, a partir do critério de auto-reconhecimento. Dessas, 104 comunidades estão localizados em Pernambuco (BRASIL, 2011). Segundo a Comissão de Articulação Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco (Caecqp), existe “cerca de 120 comunidades quilombolas no estado” sendo 46 em 15 municípios do Sertão. No Pajeú, são quatro municípios e seis comunidades (CAMPOS, 2008).

Seja qual for o território em que esteja localizada uma comunidade quilombola, do Sul ao Norte e, notoriamente na Caatinga nordestina, o acesso a tais localidades é contingencial, seja para os visitantes, seja para os cidadãos rurais.

A Comunidade Negra Rural Quilombola de Leitão/Umbuzeiro

A um pouco mais de três léguas da sede municipal de Afogados da Ingazeira⁵, saíram da *invisibilidade*, negros afrodescendentes. Pelo bairro de São Brás, em estrada carroçável a depender do percurso definido, para Leitão são 23 km e para Umbuzeiro, 19 km. Referência atual se dá com a construção do polo moveleiro, a Associação dos Produtores de Móveis de Afogados da Ingazeira. Esses cidadãos tornaram-se conhecidos por Quilombolas apenas em 2004. Antes, eram definidos, “os negro”, “os neguim” ou “negros da Carapuça”; em algumas ocasiões, denominados de “galegos”.

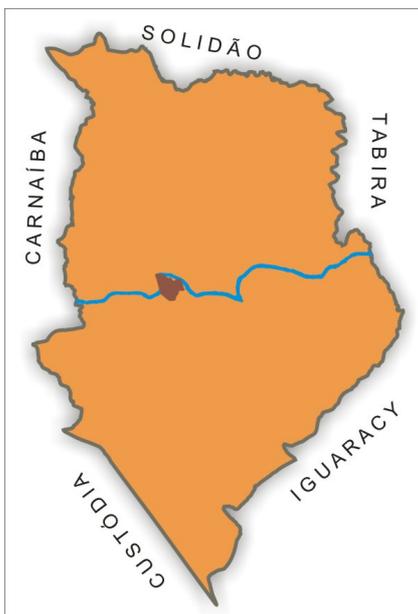


Figura 1: O município, a cidade e o entorno de Afogados da Ingazeira.

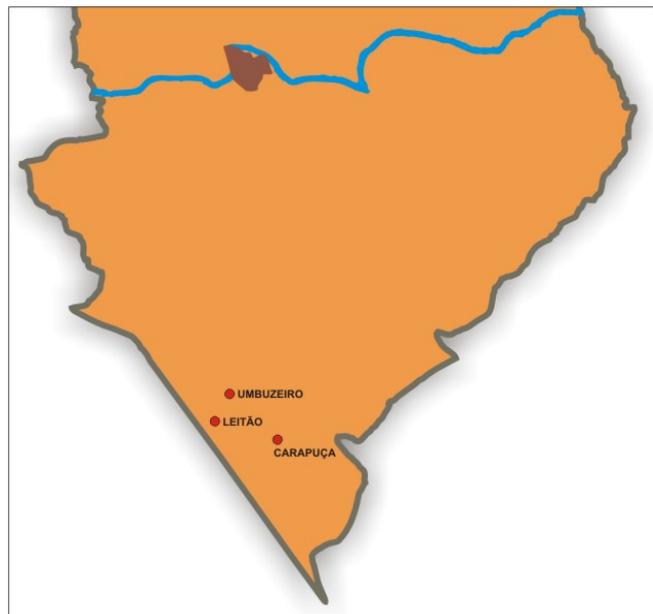


Figura 2: O povoado da Carapuça e os Sítios de Leitão e Umbuzeiro

Na estrada transitam, vez por outra, autos-passeios; motos(táxi); bicicletas; sempre com passageiro na garupa. Corriqueiramente, são os cavalos selados, carroças *d'água* e de burro; carros de bois. Esses dois prestam-se ao transporte de gente e ou carvão, milho, lenha, entre outros. O carro de boi teve sua força motriz refuncionalizada. Agora utilizam pneus e não mais os “lasca estrada”, as grandes rodas de madeira, cintadas com lâminas de ferro.

As camionetas tipo D10 e D20 e caminhões transportam os que moram mais afastados. São paus de araras (pós)modernos. De acordo com informações são 10

⁵ Distante 385 km² da capital pernambucana, o município possui 384,4 km². Situado no semi-árido do Alto Pajeú, tem população de 34.047 mil, sendo 25.483 na área urbana e 8.584 na zona rural (BRASIL, 2008).

peçoas, o número de passageiros distribuídos nas caminhonetes; para os caminhões, a lotação é equivalente, é o “quanto couber”. Não existem, concretamente, reclamações, nem notícias de acidentes, a velocidade não ultrapassa os 50 km/h. Um olhar exógeno percebe e sente a precariedade do acesso, apesar de os sítiantes, acostumados a andar entre pedras, galhos secos e outros percalços da Caatinga, serem condizentes em que “as estradas são boas”, no verão. A Prefeitura manda “passar a máquina”. No inverno, são os transtornos dos riachos que cruzam as estradas. Muitas vezes, os passageiros, não medem esforços descem, para ajudar, empurrar, livrar o transporte do atoleiro. O importante é o sair e retornar.

Aproximando-se de Leitão ou Umbuzeiro, a superfície da estrada é alternada com solos de barro amarelo-avermelhado, pedregoso, arenoso. Alguns trechos com variações de 100 m a 2 km, possui um tapete perigoso de areia fina, tipo de rio, com perigo de derrapagem dos automóveis. Em suas laterais, é visível o bioma da caatinga: galhos e ramagens acinzentados – verdes, apenas a jurema preta, os marmeleiros, os mandacarus e algumas fruteiras, além dos inúmeros cajueiros nativos.



Figura 3: acesso à Comunidade



Figura 4: estrada para um veículo; tapete de areia fina.



Figura 5: ladeira de Zé de Zulmira



Figura 6: transporte dos quilombolas.
Fotos do autor.



Já em território quilombola, a geografia e paisagem são similares às caatingueiras; médias e grandes pedras isoladas ou em blocos, serrotes e ladeiras, algumas íngremes e muitas pedras soltas. Do alto de uma delas, avistam-se as terras do Leitão. Inicia-se “na ladeira de Zé de Zulmira, na casa de Cícero” (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008, p. 104). Umbuzeiro localiza-se a 3 km dessa. Os quilombolas se locomovem, a pé, “por dentro”.

A Comunidade é constituída de 42 famílias, sendo 66 homens e 71 mulheres. 61, 213% de jovens e 38,687% a partir de 26 anos (PROJETO PARCEIROS DA TERRA, 2001). A principal atividade econômica se dá com a agricultura de subsistência na produção de sementes crioulas do milho, feijão, fava, mandioca, onde homens, mulheres - especialmente as arrimo de família - e jovens, trabalham na lavoura.

Residem em casas de alvenaria, não maiores de 40 m². O saneamento básico continua inexistente. Não existe água encanada; o seu abastecimento é realizado com suportes dos carros de bois ou das cisternas construídas pelos programas de organismos governamental e não governamental. A energia elétrica foi empreendimento apenas em 1994, no Governo de Miguel Arraes. No primeiro ano do século XXI, apenas 50% das casas possuíam energia elétrica (PROJETO PARCEIROS DA TERRA, 2001).

O trajeto em mão dupla

A Comunidade Negra Rural quilombola do município de Afogados da Ingazeira é constituída pelos pequenos sítios de Leitão e Umbuzeiro, nos quais residem auto-declarados afrodescendentes de escravos africanos. A primeira comunidade a ser formada foi a de Leitão no final da década de 1940, com terras herdadas por José Joaquim da Silva, conhecido por José Venerando (1906/1993).

Residia nas proximidades do município de Custódia. Invisivelmente, existia uma *comunidade quilombola*, cujos antepassados, de acordo com depoimento, migraram de Garanhuns. José Venerando viajava de 15 em 15 dias em lombo de burro e trabalhava cerca de 10 dias. No princípio, eram apenas as terras de Leitão. Os seus cidadãos migraram dos povoados Caldeirão, Lajedo, Mimoso, São José do município de Custódia, onde, ainda, permanecem alguns parentes.



Alguns deslocaram-se de Canhotinho, Capoeira e Panelas, sendo que “uma parte veio de lá e aqui se uniram” (Quilombola 7)⁶. De acordo com entrevista, obtivemos informações que os antepassados advieram do município de Garanhuns, por meio de caminhos, rotas e “fluxos migratórios de fuga” (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008) dos quilombolas históricos da República dos Palmares. A partir de análise dos mapas geográficos de Pernambuco e Alagoas, a República de Palmares, atual União de Palmares, distancia-se de Garanhuns em 103,9 km, portanto, pode ser considerada procedente tal versão.

Nesse sentido, a vida cotidiana, que diz respeito a abrir caminhos, estradas acontecem no dia a dia, desde quando José Venerando buscou terras no município de Afogados da Ingazeira para trabalhar. A locomoção ou as travessias se davam por passagens suficientes para o trânsito de um animal de carga. A partir de depoimentos, idosos e jovens relataram que

Hoje, nós achamos bom morar na Comunidade. Na Comunidade, nós que já melhorou assim, a questão do acesso, que antes não tinha estrada. Nós logo viemos morar logo na Comunidade. O acesso era muito difícil pra chegar lá. É porque não tinha estrada (Quilombola 1).

Antigamente era no lombo do jegue, quem tinha jegue; que não tinha, ia de pé (Quilombola 8).

3 horas e meia a 4 horas de pé para Afogados; iam andando para participar de reunião (Quilombola 1).

Até os anos de 1970, a não acessibilidade por meio de estradas, mas contando apenas com jegues ou cavalos, os afrodescendentes passavam por constrangimentos, quando nos momentos de enterrarem seus parentes:

Já até pessoas da comunidade faleceram que [...] Levar a tempo para o hospital [...]. Levava nas costas. Era colocar dois paus no caixão, um dum lado, outro de outro, e quatro homens botava nas costas, reversando durante o cortejo. Fazia aqui... pegava as madeiras no mato, serrava, e comprava as outras coisas, assim roupa e pano pra cobrir o caixão. Comprava em Afogados [...] Quando começava adoecer, que não ia melhorar mais, o pessoal ia logo caçando onde era que tinha um pau pra fazer o caixão [...] Levar em rede, aconteceu, mas não foi da minha época não. Levava numa rede, aí quando chegava no cemitério e sepultava (Quilombola 1).

⁶ Todas as falas deste texto são resultados das entrevistas realizadas pelo autor, com os quilombolas de Leitão/Umbuzeiro, nos períodos de janeiro e dezembro de 2009 e janeiro e fevereiro de 2010.



Quando adoecia gente, aconteceu até de morrer gente por falta de um socorro, porque não tinha carro. Tirava assim, numa rede, levava até um canto que tivesse transporte, mas era muito difícil mesmo. Assim, não tinha estrada como é hoje, mas dava pra passar um carro de boi, pra chegar em certo ponto onde tivesse um transporte de gasolina (Quilombola 5).

A união matrimonial civil e, especialmente, a religiosa se dá nos parâmetros de relações de parentescos. No passado, observamos a dificuldade de tais acontecimentos sociais no que concerne à dificuldade e, muitas vezes a dificuldade de encontrar um(a) parceiro(a) que não fosse da Comunidade. Fatos relacionados especialmente à dificuldade de locomoção na Caatinga. Assim,

Era difícil casar fora. Era primo, só não casava irmão com irmão (risos), mas era primo com primo, o tio com sobrinha [...]. anda pouco, né? [...] Quando havia uma festa, aí juntava, era mais o pessoal de família mesmo. Tava namorando um pouco, já tava casando (Quilombola 7).

Para realização dos cerimoniais e protocolos oficiais matrimoniais, o ritual iniciava-se muitas horas antes. Os quilombolas eram impelidos a realizarem deslocamentos por trilhas para a cidade de Afogados da Ingazeira, pois

O casamento sempre era meio dia, 11 horas do dia. Esse tempo era 11 horas do dia, quando começou... Aí ia a cavalo, a cavalo. Chegar cedo e voltar cedo [...] 2 horas e meia, 2 horas e meia.

De acordo com depoimentos, o melhoramento da acessibilidade iniciou-se nos primeiros anos de 1960 “com o Prefeito Zezé Rodrigues” (Quilombola 7), onde foi aberta estrada da cidade até o povoado da Carapuça, por ocasião da visita à benção da Capela de Santo Antônio em Carapuça. Nessa época, o acesso ao povoado era realizado por uma trilha aberta na Caatinga pelos afrodescendentes. Até 1994, o acesso era o suficiente para passar um carro de boi:

Porque, nesse tempo, a gente não tinha, primeiramente a gente não tinha estrada, a gente não tinha água boa pra beber, e a gente hoje não, água boa ainda não. Não tinha, era difícil a gente ter uma feira porque não tinha estrada, não tinha energia elétrica, era muito difícil (Quilombola 3).



Rapaz, pra viver no Sertão e... eu mesmo acho bom e... desde que tenha as condições de sobrevivência. Hoje tá assim um pouco diferente daquela época lá, porque já algumas ajudas parte do governo federal, dos estados, dos governos municipais, também, principalmente da questão de infra-estrutura (Quilombola 1).

... aqui era ruim, ruim, porque muitas vezes eu fui de pé, quando a gente vinha da feira, com muito sacrifício comprava as coisas, muitas vezes a gente deixava de comprar as coisas porque não tinha como chegar em casa, era ruim demais (Quilombola 5).

Organizados, conseguem melhorias na ainda desconhecida Comunidade. Aqui, percebemos o processo de reivindicações para obterem alguns recursos e, conseqüentemente, terem uma vida menos sofrida. Assim, organizam-se, buscam apoio e, iniciam-se as parcerias e ou intervenções com organismos governamentais e não governamentais:

Rapaz, aqui era muito ruim. As portas vinham se abrindo um pouquinho, de 1995 pra trás aqui era casca grossa, porque primeiro, estrada não tinha. Começa por aí. Água, energia, não tinha. Aí depois, 1995 foi fundada a Associação [Rural de Umbuzeiro e Leitão], aí depois, através da Associação, foi abrindo uns caminhos. Veio primeiro a estrada, depois foi construído esse salãozinho pelo Sedape. Teve a energia solar, a primeira energia daqui foi a energia solar, aí foi melhorando um pouco, foi como aí foi começando a melhorar. Depois veio as cisternas, aí já foi melhorando. Depois da energia solar, aí eles falaram, no governo de [Miguel] Arraes: vai vim energia de rede! A gente não acreditava, ôxi! Mais graças a Deus, depois da Associação fundada, e as reuniões que tiveram, porque primeiro tem que se reunir, porque tem que discutir o problema da Comunidade. Graças a Deus e 1995 pra cá tá um Deus. Tá bom agora (Quilombola 5).

De acordo com os atores da Comunidade de Leitão/Umbuzeiro, na contemporaneidade, as “coisas”, se não estão ótimas, melhoram muito:

Mais ou menos. Mais ou menos porque nem tá ruim, nem tá boa, não é pista né? Sempre tem aqueles tombozinhos, mas melhorou 90%, porque ruim era pra trás (Quilombola 5).

Pra ir pra rua, tem que ir de pé. Mudou, porque, hoje, agora a gente assim, já arruma trabalho aqui na comunidade mesmo, tem carro, tem carro pra ir pra feira, levar as crianças pra escola... (Quilombola 4).

Todas essas mudanças se iniciaram com a criação da Associação Rural de Umbuzeiro e Leitão (ARUL) fundada em 19 de agosto de 1995, com objetivo de



reivindicar melhoria na infra-estrutura da localidade e sua inserção como cidadãos. Nesse sentido, busca promover

o desenvolvimento social e econômico da comunidade, apoiando a comercialização coletivamente e a produção dos associados e associadas, estimulando ações que reforcem a união, a cooperação e a solidariedade [...], bem como desenvolver ações educacionais e filantrópicas (ASSOCIAÇÃO RURAL..., 2007).

As conquistas da ARUL para a Comunidade em relação à infra-estrutura foram relevantes: o acesso com a construção da estrada; casas sanitárias, poços, cisternas, entre outras; a necessidade de preservação dos seus bens intangíveis, da sua cultura (PROJETO PARCEIROS DA TERRA, 2001); da *descoberta* da população (urbana) de Afogados da Ingazeira na existência de uma comunidade quilombola, especialmente em 2004, com a presença do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil e a divulgação da imprensa do lançamento do projeto federal Arca das Letras - implantação de biblioteca em territórios rurais. Na ocasião, houve o lançamento do CD Cantos do Semi-árido, com o Grupo de Coco Negros e Negras do Leitão e da Banda de Pífanos do Sítio Leitão da Carapuça, com o apoio do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).

Considerações finais

Embasados nos dados teóricos e empíricos consideramos equivalentes os fatores contingenciais a que foram impelidos o negro africano e os afro-brasileiros a realizarem vários deslocamentos forçados. Essas locomoções seja por meio de fugas, resistência ou em abrir caminhos, também são condicionantes passados pelos descendentes dos quilombos históricos de Leitão/Umbuzeiro.

Assim, na vida cotidiana, durante décadas, sem acessibilidade para outros territórios através de estrada como elemento de ir, voltar, transportar cidadãos ou materiais com menos sacrifícios e, em um período de tempo menor, os quilombolas abriam trilhas na Caatinga com foices e facões. Antigamente, eram necessárias cerca de quatro horas, a pé, para a cidade de Afogados da Ingazeira.

O governo municipal investe na abertura ou melhorias de vias menos estreitas, apenas em situações pontuais: nas visitas de autoridades religiosa ao povoado da



Carapuça, distante cerca de 5 km da Comunidade, nos anos de 1960, com a presença do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em 2004 ou após serem *destruídas* pelas chuvas.

As mudanças aconteceram por certo, após, conquistados direitos, especialmente por meio da Associação Rural de Umbuzeiro e Leitão. Hoje, o trajeto é realizado, cerca de 40 minutos, descontando as paradas para *subir, descer* passageiros, e *carregar* as mercadorias, seja para vender suas produções ou compras na feira, aos sábados; para realizações de casamentos; para locomoção dos seus enfermos; em levar seus filhos para terem educação dos Ensinos Básico e Fundamental na Carapuça ou na sede municipal.

Apesar dos parâmetros desiguais, vivenciados pela população de contextos populares quilombolas de Leitão/Umbuzeiro, ou seja, pelo fato serem negros, pobres, de morar em um território inóspito climaticamente – a Caatinga, e de conviverem perigosamente com animais peçonhentos, a exemplo das cobras jararaca, coral, cascavel, salamanta, caranguejeiras, escorpiões, que descem das serras, se arrastam pelos terreiros, entram nas residências, não desistiram de lutar por dignidade. Hoje, reconhecidos, trabalham para melhorar de vida. Portanto, para o desenvolvimento local da Comunidade.

Os quilombolas de Leitão/Leitão iniciaram uma nova diáspora. A partir da sua *visibilidade* pela população de Afogados da Ingazeira e, buscando novas estratégias de sobrevivência à rentabilidade da agricultura de subsistência, enveredaram por atividades não agrícolas. Nesse sentido, investiram no beneficiamento da castanha de caju Mãos Crioulas. Além das estratégias de comunicação e comercialização lançadas na sede municipal, distribuem o produto ao seu entorno, na Zona da Mata de Pernambuco e na sua capital, Recife. Deslocam-se para outros estados para participarem de feiras da agropecuária, além de almejarem, no futuro, sua exportação para outros países.

Referências

ASSOCIAÇÃO RURAL DE UMBUZEIRO E LEITÃO. **Aditivo de re-ratificação ao estatuto da associação rural de Umbuzeiro e Leitão**. Afogados da Ingazeira, 2007.

BARROS, Edir Pina de. **Quilombo, resistência e movimentos negros**, 2007. Disponível em: <<http://www.Ippuerj.net/olped/documentos/ppcor/0210.pdp>> ou <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/1300029.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2009.



BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades quilombolas**, 2011. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88>. Acesso em: 11 jun. 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 out. 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais**: antecedentes, [200-]. Disponível em: <<http://culturadigital.br/setorialculturaspopulares/files/2010/02/2007>>. Acesso em: 6 maio 2009.

CAMPOS, Carla Siqueira. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**, 2008. Disponível em: <www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=214&cod_boletim=12&tipo=Artigos>. Acesso em: 14 mar. 2009.

CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. **Princípios da educação quilombola**. [Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire], 2008.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Quilombola**: os direitos negados de um povo. 2008. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/vidaurbana/especiais/quilombolas/>>.

FREITAS, Mário Martins de. **Reino negro de Palmares**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. Etnográfica. Vol. IV (2), 2000, p. 333-354.

MARTINO, Luiz Claudio, Panorama da pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; MARTINO, Luiz Claudio (orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo, Paulus, 2010, 135-160.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

SILVA, Antônio José da. **Cotidiano e atividade laboral na Comunidade de Leitão/Umbuzeiro**: depoimento jan. 2010. Entrevistador: Alfredo Sotero Alves Rodrigues. Sítio Leitão, Afogados da Ingazeira, 2010. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Josefa Maria da. **Cotidiano e atividade laboral na Comunidade de Leitão/Umbuzeiro**: depoimento jan. 2010. Entrevistador: Alfredo Sotero Alves Rodrigues. Sítio Umbuzeiro, Afogados da Ingazeira, 2010. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Laílson José da. **Cotidiano e atividade laboral na Comunidade de Leitão/Umbuzeiro**: depoimento jan. 2010. Entrevistador: Alfredo Sotero Alves Rodrigues. Sítio Leitão, Afogados da Ingazeira, 2010. Entrevista gravada em formato MP3.



SILVA, Rita Maria da. **Cotidiano e atividade laboral na Comunidade de Leitão/Umbuzeiro**: depoimento jan. 2010. Entrevistador: Alfredo Sotero Alves Rodrigues. Sítio Umbuzeiro, Afogados da Ingazeira, 2010. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Rosimere Maria da. **Cotidiano e atividade laboral na Comunidade de Leitão/Umbuzeiro**: depoimento jan. 2010. Entrevistador: Alfredo Sotero Alves Rodrigues. Sítio Leitão, Afogados da Ingazeira, 2010. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Sebastião José da. **Cotidiano, atividade laboral e políticas intencionais na Comunidade de Leitão/Umbuzeiro**: depoimento jan. 2008. Entrevistador: Alfredo Sotero Alves Rodrigues. Sítio Leitão, Afogados da Ingazeira, 2008. Entrevista gravada em formato MP3.

_____. **Detalhamentos e confirmações sobre a o cotidiano em Leitão/Umbuzeiro**: depoimento fev. 2010. Entrevistador: Alfredo Sotero Alves Rodrigues. Sítio Leitão, Afogados da Ingazeira, 2010. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Valdélcio Santos. **Rio das rãs à luz da noção de quilombo**, 2000. Disponível em: <<http://www.Ipp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0210.pdf>> ou <<http://www.mulheresnegras.org/doc/valdelio.doc>>. Acesso em: 7 out. 2009.

SOCIOAMBIENTAL, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.